

Desapropriações para terceira ponte geram descontentamento

Um verdadeiro clima de apreensão e descontentamento foi constatado ontem junto aos moradores de Vila Velha, ao longo da rua São Paulo, na Praia da Costa, que serão atingidos pela ação de desapropriação do governo do Estado, visando a construção dos acessos da terceira ponte. Das 28 áreas de terreno atingidas, várias delas possuem residências, consideradas até certo ponto como "mansões", e cujo valor estimado é sempre superior a Cr\$ 2 milhões cada.

Todos os terrenos a serem desapropriados estão localizados na margem direita da rua São Paulo, cortada ao meio do princípio ao fim por um canal, que se liga com a Praia da Costa. Muitas das residências existentes nesta área foram construídas há vários anos, enquanto outras — de estilo bastante sofisticado e de elevado valor comercial — são recentes, sendo que uma delas foi ocupada em dezembro do ano passado e agora foi atingida pela desapropriação do governo.

Entre os 28 imóveis afetados pela ação oficial, está uma igreja pertencente à comunidade da Praia da Costa, cuja presidente, Iara Lúcia da Silva Trindade confessou "ter sido construída com muito sacrifício pelos membros da comunidade". Por este motivo, ela considerou que a medida mais justa por parte do Governo seria "arranjar uma área semelhante à que existe, com a construção de outra igreja igual à que se encontra no local desapropriado".

Um lado pitoresco das desapropriações foi apontado na rua Henrique Moscoso, nº 266 esquina com a rua São Paulo, onde um conjunto de cinco apartamento, divididos em três blocos contíguos, deverá ser atingido pela demolição apenas parcial. Essa suspeita tem por base o decreto governamental, no qual foram relacionados somente três nomes dos proprietários de um dos blocos, que faz frente para a rua São Paulo, onde deverão ser construídos os acessos da terceira ponte, naquele município.

Apesar da preocupação, suspeita de prejuízos iminentes e outros fatores negativos reinantes junto às pessoas atingidas pela ação governamental, constatou-se também alguma dose de esperança. Ocorreu com Dilza Passos Malta, mulher de Mário Lopes Malta, residente à rua Henrique Moscoso, nº 266, esquina com a São Paulo, que acredita não

ter necessidade de se mudar do local tão cedo.

Dilza Passos Malta pensa que a ação de desapropriação assinada pelo governador Elcio Alvares, no último dia 28, faz parte de "um alarde eleitoral", não devendo ser efetivada a curto prazo. Fortalecendo seu ponto de vista, ela lembrou a construção da segunda ponte "que até agora não terminou". Dessa forma, acredita que passando 15 de novembro, dia de eleições, o processo de desapropriações com o objetivo de construção dos acessos da ponte, irá se desenvolver mais lentamente, o que não será suficiente "para que os imóveis venham readquirir a real valorização que tinham até poucos dias".

DEPRESSÃO

Cleomar Passos Garcia, proprietário de um prédio com três pavimentos numa faixa de terreno com 685,52 metros quadrados, situado à avenida Presidente Castelo Branco, nº 371, esquina com rua São Paulo, na Praia da Costa, informou que segunda-feira recusou a oferta de Cr\$ 2,2 milhões em seu imóvel, cuja área construída data de 1973.

Confessando-se desorientado com o anúncio da desapropriação de seu imóvel pelo governo, Cleomar Passos acentuou que para construir o prédio vendeu um sítio e uma casa em Governador Valadares, e teve que arranjar mais Cr\$ 150 mil emprestado na Caixa Econômica Federal, a quem "já deve em torno de Cr\$ 350 mil, fora as amortizações do empréstimo".

Seu imóvel está cadastrado na Prefeitura de Vila Velha com valor de Cr\$ 65 mil, e é disso que ele mais teme, segundo contou. O motivo dessa preocupação, está na possibilidade do governo oferecer como indenização prévia do imóvel quantia igual à cadastrada na municipalidade, o que "não daria para cobrir a metade da dívida com a Caixa Econômica Federal".

Informando que a rua São Paulo, destinada à passagem dos acessos à terceira ponte, mede 30 metros de largura, Cleomar Passos disse que, por esse motivo, "não seria necessária a desapropriação". Contudo, no caso da ação governamental ser efetivada, ele acha que a atitude mais "justa do governo seria oferecer um terreno e uma casa equivalente na Praia da Costa".

Próximo dali, na rua São

Paulo, nº 19, Maria Emília Lamego, mulher de Guilherme Batalha Lamego — proprietário de uma sofisticada casa, declarou: "A gente sempre ouviu falar sobre a construção da terceira ponte, mas nunca podia se pensar em desapropriação, o que foi surpresa para todos daqui". A seguir disse: "Estou completamente desorientada, o mesmo ocorrendo com meu marido".

Segundo Maria Emília, a residência foi construída há 12 anos, e no ano passado seu marido recusou vendê-la por Cr\$ 2,8 milhões que foi oferecido. "Dinheiro nenhum pagaria minha casa, mas no caso dessa desapropriação, o Governo, para evitar prejuízos, não poderia indenizar por menos de Cr\$ 3 milhões".

— A gente não pode ir contra uma obra de utilidade pública, como é o caso da terceira ponte, mas esperamos que o governo dê uma área para a igreja, igual a que existe e está pronta", disse Iara Lúcia da Silva Trindade, presidente da Comunidade Ecumênica da Praia da Costa, cuja sede está situada à rua 15 de Novembro, esquina com a rua São Paulo, dentro de uma área com 864,30 metros quadrados.

Bastante cauteloso em suas palavras, Iara Trindade lembrou que várias autoridades do Estado participam da Comunidade Ecumênica, e por este motivo não teria nenhum interesse em se indispor com o governo. Disse então, que pretende solicitar uma audiência com o governador Elcio Alvares, a fim de conversar sobre a desapropriação, para que sejam evitados possíveis prejuízos para a comunidade, observou.

— No ano passado rejeitamos por essa casa Cr\$ 1,5 milhão — relatou Dilza Lopes Malta, uma das três pessoas atingidas pela desapropriação no conjunto de cinco residências, situado à rua Henrique Moscoso, nº 266, esquina com a rua São Paulo. Ela afirmou que "não espera valor justo pelo imóvel, pois se houvesse possibilidade disso ocorrer ninguém estaria preocupado como todos estão".

Sua maior preocupação não é ter que se mudar, pois disse ter mais duas casas. Preocupa-me sim o fato do imóvel ser financiado pela Caixa Econômica Federal, organismo que, segundo disse, não segura a desapropriação, em caso da indenização ser inferior ao valor do imóvel.